TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA SUCINTA DA 38ª (TRIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, EM 5 DE MAIO DE 2016

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Chico Leite e Bispo Renato Andrade

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 14 minutos

TÉRMINO: 19 horas e 2 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PR
- Deputado Bispo Renato Andrade – PR
- Deputada Celina Leão – PPS
- Deputado Chico Leite – Rede
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cláudio Abrantes – Rede
- Deputado Cristiano Araújo – PSD
- Deputado Delmasso – PTN
- Deputado Juarezão – PSB
- Deputado Julio Cesar – PRB
- Deputada Liliane Roriz – PTB
- Deputado Lira – PHS
- Deputada Luzia de Paula – PSB
- Deputado Prof. Israel – PV
- Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT
- Deputado Rafael Prudente – PMDB
- Deputado Raimundo Ribeiro – PPS
- Deputado Robério Negreiros – PSDB
- Deputado Roosevelt Vilela – PSB
- Deputada Sandra Faraj – SD
- Deputada Telma Rufino – sem partido
- Deputado Wasny de Roure – PT
- Deputado Wellington Luiz – PMDB

Obs.: O Deputado Ricardo Vale – PT encontra-se em licença, de acordo com o AMD nº 27/2016.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Chico Leite):

– Está aberta a sessão.

– Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Chico Leite):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.625, de 2016, do Deputado Bispo Renato Andrade e outros, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater a proposta de implantação de organizações sociais no Sistema de Saúde Pública.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

– DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE, presidente da sessão e autor do requerimento

– JAIRO BISOL, Promotor de Justiça da Primeira Promotoria de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – Prosus/MPDFT

– MARCELO HERBERT DE LIMA, Secretário-Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento

– ELIENE BERG, Secretária-Adjunta da Secretaria de Saúde do Distrito Federal

– HELVÉCIO FERREIRA, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

– MARCOS GUTEMBERG FIALHO DA COSTA, Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal

– MÁRCIO DA MATA SOUZA, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal

– JORGE VIANA, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem – Sindate

– MARLY RODRIGUES, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília – Sindsaúde/DF

– HÉLIO FRANCISCO NASCIMENTO, Presidente da Associação dos Servidores da Saúde

2.2 PRONUNCIAMENTOS

CIANE NEVES DA SILVA, Diretora do Sindicato dos Enfermeiros do DF

– Reporta-se ao debate realizado no dia 14 de março, no qual foram expostos todos os argumentos contrários à contratação das Organizações Sociais – OSs pelas categorias que representam a saúde do Distrito Federal.

– Menciona que o Secretário de Saúde do DF, Humberto Lucena, afirmou, no referido debate, que o GDF não tomaria nenhuma providência sem o consentimento do Conselho de Saúde, mas não tem cumprido a sua palavra.

– Lamenta que os debates tenham sido desconsiderados pelo Governo local, e sugere que os Deputados Distritais assinem a PELO nº 43, de autoria do Deputado Ricardo Vale, para que sejam consolidados os resultados das discussões em torno desta problemática.

– Coloca à disposição do GDF os serviços dos profissionais da saúde do DF para ajudar a construir um novo modelo de gestão.

JOÃO DO VIOLÃO, Presidente do Conselho de Saúde do Paranoá

– Registra a sua luta em prol da implantação do Hospital do Paranoá, que, até hoje em dia, não atende a demanda da população.

– Lembra a aprovação de resolução contra as organizações sociais, ocorrida na Conferência Nacional e na Conferência do Distrito Federal.

– Comenta que a experiência da organização social em Santa Maria foi negativa.

– Sugere que todos os Conselhos Regionais aprovem resolução contra a implantação das OSs e, com o Conselho do Distrito Federal, criem uma resolução em conjunto contra essa privatização da saúde.

– Questiona como o Governo irá pagar essas empresas, se não há recursos financeiros para investir na saúde.

GERALDO FERREIRA FILHO, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte

– Rebate argumentos utilizados pelos governos em defesa da contratação de OSs para a gestão de hospitais públicos.

– Anuncia que o resultado da gestão dos hospitais por OSs tem sido o endividamento e o consequente fechamento das instituições.

– Revela que todos os Secretários do seu Estado que optaram por essa contratação respondem a processo na Justiça e que as organizações contratadas mergulharam o Estado em denúncias de corrupção.

– Considera que, quando os servidores são regidos por um regime jurídico único, há compromisso entre o Governo, os servidores e a sociedade, o que não ocorre com as OSs, cujos trabalhadores são oprimidos e silenciados.

– Conclui que esse modelo de gestão tem o objetivo de funcionar como atravessador de financiamento de campanhas eleitorais.

CLAÚDIA AIRES BARBOSA, Conselheira do Conselho de Saúde do Paranoá

– Refuta as afirmações feitas pelo Governador Rodrigo Rollemberg de que os servidores públicos da saúde não serão prejudicados caso as OSs sejam implantadas, e acrescenta que, se tal medida for concretizada, o concurso público voltado para a área estará seriamente ameaçado.

– Enumera os prejuízos e as consequências aos servidores da saúde e à população assistida pela rede pública de saúde caso as OSs venham a gerir a pasta.

– Participa que o Tribunal de Contas de São Paulo afirmou que há um aumento de 50% nos gastos públicos com as terceirizações dos serviços na área de saúde.

– Ressalta a importância de se preservar o Sistema Único de Saúde – SUS.

HÉLIO FRANCISCO NASCIMENTO, Presidente da Associação dos Servidores da Saúde

– Agradece ao Deputado Bispo Renato Andrade a oportunidade desse debate.

– Discorre sobre a importância da realização de uma ampla discussão sobre as organizações sociais com todas as instituições da saúde, com o Governo e com a sociedade.

– Reclama das decisões governamentais assinadas sem que os servidores tenham delas conhecimento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – PT

– Critica o Governador por insistir na contratação de OSs para os hospitais públicos do DF, após os diversos debates realizados sobre o tema, e conclui que, se o problema da saúde no DF era falta de gestão, como ele afirmou durante a campanha eleitoral, essa piorou durante o seu Governo.

– Declara que, além de ter falhado em todos os Estados em que foi implantado, o sistema de contratação de OSs para a saúde tem sido sinônimo de corrupção e de incompetência.

– Explica a diferença entre o sistema do Hospital Sarah Kubitschek e o que o Governo pretende implantar no DF, e frisa que, em ambos os casos, o atendimento é seletivo e não aberto ao público.

– Assegura que, caso seja adotado esse modelo de gestão, a contratação causará prejuízo aos servidores da área.

– Ressalta que os dados do Sistema Integrado de Gestão Governamental – Siggo desmentem a declaração do GDF de que não há verba para investir na área e que, mesmo que os recursos sejam vinculados, o Governo pode utilizá-los quando necessário e recolocá-los posteriormente.

– Revela a sua suspeita de que estão sucateando o sistema público de saúde para convencer a população da necessidade de contratação das OSs.

– Contesta a afirmação de que essas organizações não visam ao lucro, e cita casos em que as organizações causaram prejuízo ao Estado, como o da Real Sociedade Espanhola, que assumiu o Hospital de Santa Maria.

– Garante que o projeto não será aprovado por esta Casa, e apela para que o Governador que envolva os servidores da área e a comunidade na busca de uma solução para o problema.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – PPS

– Destaca a importância do tema debatido, e parabeniza o Deputado Bispo Renato Andrade pela iniciativa.

– Observa que o serviço de saúde do DF vem se deteriorando ao longo dos anos, e acrescenta que o momento é de encontrar uma rápida solução para o problema.

– Ressalta a importância de se identificar todas as causas que levaram a saúde ao caos.

– Tece críticas ao GDF por suspender procedimentos cirúrgicos nos hospitais públicos no dia da passagem da tocha olímpica por Brasília.

– Reforça que o papel do Legislativo é o de fiscalizar, denunciar e propor soluções aos problemas que afligem o DF.

– Propõe ao Deputado Bispo Renato Andrade a realização de um seminário, com a participação de todos os setores envolvidos, para que sejam colhidas sugestões que ajudarão na construção de um modelo de gestão viável a ser implantado pelo GDF.

MAURA LÚCIA GONÇALVES, Conselheira de Saúde, do Segmento Trabalhador – Sindate

– Menciona ser esta comissão geral a sua terceira participação em encontros para debater o tema.

– Nega-se a participar de qualquer outra discussão sobre a implantação das organizações sociais por entender que saúde é direito da população.

– Deseja retornar hoje ao Núcleo Bandeirante com resposta contrária à implantação das OSs.

JAIRO BISOL, Promotor de Justiça da Prosus/MPDFT

– Comunica que precisará sair antes do término do debate para coordenar uma reunião com o Secretário de Saúde a respeito da implantação de um centro de referência em autismo no DF, atendendo a solicitação desta Casa.

– Cita trecho da epopeia Ilíada, de Homero, sobre a origem da democracia e do Parlamento.

– Avalia que a sociedade brasiliense está convicta da sua posição contrária à consolidação das OSs como solução para a saúde pública do DF.

– Comenta que o atual Governo tem dois desafios a vencer para equacionar o problema da saúde: o *deficit* orçamentário, decorrente da queda de arrecadação, e o de pessoal, especialmente na classe médica.

– Conclui, após consulta à galeria, que, como a contratação de OSs não resolve o problema do *deficit* orçamentário, a discussão sobre esse tema não toca a raiz do problema.

– Deduz que o Governo deverá solicitar novamente aos deputados que disponibilizem para a saúde os recursos reservados às emendas parlamentares, e adverte que a Casa precisa dialogar com a área econômica da Secretaria para definir a execução desses recursos.

– Revela ser testemunha do esforço da Secretaria de Saúde para buscar soluções para os problemas enfrentados pela pasta.

– Condena o argumento de que a despesa com o pagamento de trabalhadores por OSs não entraria no cômputo da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o que possibilitaria zerar o *deficit* de pessoal, e alerta que o Tribunal de Contas do DF já tem se posicionado contrário a essa alegação.

– Pondera que a lógica regulatória do Sistema Único de Saúde – SUS impõe o modelo público de gestão, o que diverge do padrão sugerido.

– Manifesta a sua preocupação com a possibilidade de desvio dos recursos do orçamento para o financiamento de campanhas políticas, devido à dificuldade de controle enfrentada pelos órgãos responsáveis pela fiscalização no DF.

– Assevera que qualquer proposta de modelo de gestão para a saúde precisar ser amplamente debatida com a sociedade.

DEPUTADA CELINA LEÃO, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

– Parabeniza o autor da proposição pela iniciativa de debater um tema de suma importância para a sociedade de Brasília.

– Enaltece a postura coerente do representante do Ministério Público do DF, Jairo Bisol, nos seus pronunciamentos.

– Participa que será instalada a CPI da Saúde, e afirma que é necessário elucidar os motivos que levaram a saúde do DF ao caos.

– Ressalta, ainda, que um novo modelo de gestão poderá ser construído a partir das informações colhidas pelo trabalho que será realizado pela CPI.

– Avisa que a metodologia de trabalho da CPI da Saúde será a mesma aplicada pela comissão que investigou o transporte público do DF.

– Chama a atenção para a responsabilidade de o GDF oferecer uma saúde pública de qualidade para a população.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – PDT

– Lembra que, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura – CESC, foi o primeiro parlamentar desta Casa Legislativa a convocar uma audiência pública sobre as organizações sociais – OSs e que, desde então, a CESC tem se debruçado sobre o tema com estudos teóricos e práticos.

– Apresenta alguns dos argumentos pelos quais se posiciona contrariamente à essa terceirização: risco de o Estado e a sociedade tornarem-se reféns do ofertante do serviço, prestação de atendimento seletivo e limitado das OSs,; desejo de os governos implantarem novo sistema em vez de sanar os problemas em voga e precarização dos trabalhos dos profissionais de saúde.

– Reitera que não apoiará a proposição, caso seja enviada à CLDF para votação.

JORGE DARZE, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e diretor da Federação Nacional dos Médicos

– Esclarece que, no seu Estado, as OSs estão à frente, também, da atenção básica à saúde, por meio das clínicas de família e dos hospitais de emergência, ambos de portas abertas.

– Alega que o modelo de gestão proposto não resolveu a crise do sistema público de saúde nem garantiu um atendimento decente à população em nenhum dos lugares em que foi implantado.

– Concorda com o Promotor Jairo Bisol que o repasse da gestão dos hospitais para OSs fere a Constituição Federal, e afirma que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a sua constitucionalidade apenas em algumas áreas da administração pública.

– Frisa que o papel do setor privado é complementar no sistema público de saúde e, como o seu objetivo é o lucro, não pode gerenciar uma unidade pública.

– Adverte que o tema não foi aprovado por nenhuma Conferência Nacional de Saúde e que a sua implantação seria um desrespeito ao fórum maior do SUS.

– Conclui que, como atividade fim, própria do Estado, a saúde pública não pode ser terceirizada.

MÁRCIO DA MATA SOUZA, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do DF

– Esclarece que representa a Diretoria Executiva eleita e a Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do DF.

– Reforça que a implantação das OSs não é a alternativa para sanar a crise instalada na saúde de Brasília.

– Destaca que, apesar das dificuldades de gestão, a Secretaria de Saúde possui um quadro de servidores capacitados.

– Frisa que, mesmo sem as condições ideais de atendimento, os profissionais da saúde prestam atendimento à população.

– Defende a realização de seminário, e solicita aos deputados favoráveis à implantação das OSs que apresentem os benefícios do referido modelo de gestão.

LIA CORDEIRO, público

– Posiciona-se contrariamente às organizações sociais.

– Defende a instauração da CPI da Saúde, mas critica os seus membros, que são favoráveis às OSs.

JOSIANE ALVES JACOB, técnica em enfermagem e Diretora do Sindate-DF

– Lembra que, quando essa discussão teve início, em 2015, o seu sindicato imediatamente elaborou um abaixo-assinado, com seis mil assinaturas, que deu origem a um parecer contrário à contratação das OSs.

– Indaga do Governo qual a lógica de se colocar uma OS para gerenciar os hospitais públicos.

– Desafia os deputados favoráveis à proposta a apresentarem os motivos pelos quais defendem o modelo que está sendo sugerido pelo GDF.

– Adverte que, apesar de a gestão ser terceirizada, o dinheiro utilizado para pagamento das organizações continuaria sendo público.

– Sugere que, antes de tentar implementar a sua proposta, o Governo abra um pronto-socorro nos Hospitais Sarah Kubitschek e da Criança para avaliar como seria o seu funcionamento.

– Denuncia que, enquanto se perde tempo com essa discussão, pacientes do Hospital de Base estariam morrendo porque o aparelho de tomografia está com defeito.

HELVÉCIO FERREIRA, Presidente do Conselho de Saúde do DF

– Discorre sobre a Lei nº 4.604, de 2011, e menciona as diretrizes delineadas nas Conferências Nacionais para o restabelecimento da rede de assistência à saúde pública.

– Acrescenta, ainda, que as deliberações citadas foram entregues ao Tribunal de Contas do DF e a todos os órgãos de controle do DF.

– Enumera as dificuldades encontradas pelo Secretário de Saúde para gerir a pasta, tendo em vista a falta de estrutura organizacional existente.

– Comenta o orçamento destinado à saúde na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2016.

– Reforça a necessidade do funcionamento efetivo da atenção primária na saúde do DF, e afirma que o problema se inicia na formação e capacitação dos profissionais da área da saúde.

– Participa que o Plano de Saúde 2016 está pronto, e informa as datas nas quais serão apresentadas as diretrizes de funcionamento do referido plano.

MARLY RODRIGUES, Presidente do SindSaúde/DF

– Avisa que os servidores públicos do Distrito Federal aguardam as desculpas de parlamentar que, em discurso nesta Casa Legislativa, afirmou que estes não relacionam salário com trabalho.

– Salienta que o documentário *OS – não deixe que esse longa-metragem seja exibido nas telas do DF* mostra histórias escandalosas das organizações sociais no País.

– Enfatiza, baseada em viagens de visitas às OSs pelo Brasil, que essas organizações não resolvem o problema da saúde.

– Questiona os motivos que levam o Governador Rodrigo Rollemberg a defender a terceirização da saúde.

– Relata que todos os hospitais do Rio de Janeiro geridos por organizações sociais apresentam problemas graves.

– Critica a presença de apenas corpo médico da especialidade clínica geral no atendimento emergencial das OSs.

– Desafia o Governador a mudar de comportamento ou ser apeado do Poder.

JORGE VIANNA, Vice-Presidente do Sindate-DF

– Afirma e exemplifica que falta de gestão é deixar de cadastrar todos os leitos da Unidade de Terapia Intensiva no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e, consequentemente, não receber o respectivo repasse do Ministério da Saúde enquanto paga empresas privadas por esse serviço.

– Declara que Brasília tem a pior cobertura na atenção primária do País e que, devido ao baixo valor recebido do Governo Federal por paciente, não dispõe de equipe completa.

– Cita problemas decorrentes da carência de técnicos administrativos nas unidades de saúde.

– Adverte que, caso as OSs assumam a gestão dos hospitais, os trabalhadores ficarão impedidos de denunciar a falta de medicamentos ou materiais, e apresenta, para ilustrar a sua declaração, uma técnica em enfermagem que foi demitida do setor privado após ter procurado o sindicato para reclamar por não ter recebido pagamento por feriados trabalhados.

– Manifesta a sua felicidade com a instauração da CPI da Saúde.

MARCOS GUTEMBERG FIALHO DA COSTA, Presidente do Sindicato dos Médicos do DF

– Faz uma comparação entre gestão de organizações sociais e Administração Pública, e lista vantagens e desvantagens oferecidas pelos modelos de gestão.

– Comenta a entrevista realizada com o Presidente do Tribunal de Contas do DF, Conselheiro Renato Rainha, na qual foi confirmado que o gasto com as OSs faz parte do cômputo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– Reporta-se à bem-sucedida gestão do Hospital Sarah Kubitschek e do Hospital da Criança, e afirma que os modelos em questão diferem do sugerido pelas OSs.

– Apresenta dados negativos acerca das OSs, citados no relatório do Tribunal de Contas de Goiás, que mostram o aumento nos aditivos contratuais e a diminuição no número de atendimentos e procedimentos nos postos de atendimento.

– Alerta para o desabastecimento de materiais na rede pública de saúde e para o aumento de óbitos evitáveis nos hospitais públicos.

MARCELO HERBERT DE LIMA, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento do DF

– Considera valorosa e esclarecedora esta comissão geral, e promete levar ao Governo as posições aqui apresentadas.

– Aborda a competência da Secretaria de Planejamento em relação às organizações sociais, e sustenta que o trabalho do órgão é rígido e que este obedece a todos os critérios dispostos na lei de regulação.

ELIENE ANSELMO BERG, Secretária Adjunta da SES-DF

– Concorda com os oradores que a antecederam quanto aos gargalos existentes na saúde do DF, mas ressalta que os problemas não tiveram origem somente nesse Governo.

– Revela que, após assumir o cargo, aprendeu a admirar os homens públicos que, apesar das dificuldades que enfrentam, dedicam a sua vida ao trabalho.

– Enaltece o trabalho dos servidores da Secretaria.

– Declara que, apesar de ter ouvido que estão estudando propostas e soluções para o problema, não ouviu nenhuma manifestação do Governador a respeito do repasse da gestão dos hospitais a OSs.

– Reconhece a necessidade de investimentos na área tecnológica do setor e em recursos humanos, inclusive em capacitação.

– Relata que, quando coordenava o Hospital de Taguatinga, pôde constatar que, apesar do grande número atendimentos que realizavam, o faturamento era muito baixo porque os servidores deixavam de lançar os dados no sistema.

– Afirma que as causas do problema são multifatoriais, e conclama todos, Governo, profissionais da área e usuários, a se unirem na busca de soluções para enfrentá-las.

– Participa estar satisfeita com a instalação da CPI, a fim de que sejam apurados os gargalos, definidos os responsáveis e apontadas diretrizes para a área.

RONI RAMOS, aluno da UnB

– Informa que representa os alunos do curso de Saúde Coletiva da UnB.

– Pede a todos os profissionais presentes nesta comissão geral que olhem com carinho para o curso de Saúde Coletiva.

– Acredita que a discussão sobre a saúde deve ter como horizonte o amplo direito do povo brasileiro e o dever do Estado.

– Reporta-se ao discurso democrático proferido pelo Dr. Sérgio Arouca, mestre e ícone da saúde coletiva, que participou do movimento da reforma sanitária.

– Manifesta-se contrário às OSs.

ALCIONE PIMENTEL, público

– Estranha o fato de o Governador Rollemberg insistir no projeto de implementação das organizações sociais, ação rejeitada tanto pela comunidade quanto pelos gestores.

– Parabeniza a Secretária Adjunta de Saúde, e acredita que falta ao Governador atentar aos seus gestores.

– Alegra-se com a CPI da Saúde, e sugere a inclusão nela, como membros integrantes, dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Bispo Renato Andrade.

– Envia recado ao Deputado Roosevelt Vilela a respeito das organizações sociais.

LÉO CARVALHO, administrador de carreira da SES-DF

– Pergunta se o Governador tem conhecimento do que sejam os conselhos regionais de saúde, e critica a forma como tratou os sindicatos e os servidores na última greve da categoria.

– Assegura que a Secretaria tem bons gestores, e cita, como exemplo, o Superintendente da Região Leste, Dr. Zanetti, e a Secretária Adjunta, Dra. Eliene Berg.

– Lembra que, em 2008 e 2009, encampou uma luta com a presidente do Sindicato, Marly Rodrigues, pela contratação de administradores para compor o quadro da Secretaria.

– Crê que a solução do problema passa pela contratação de administradores e de gestores, além de técnicos administrativos, para que os profissionais da atividade-fim possam exercer a sua atividade no atendimento à população.

– Julga que a corrupção prejudica o profissional da ponta, que acaba ficando sem os meios e materiais necessários para exercer a sua atividade com dignidade e segurança.

– Manifesta-se contrário à contratação de OSs para dirigir os hospitais públicos, e classifica a proposta como "preguiça de gestão ".

LEANDRO ALVES RABELO, cirurgião-dentista

– Comunica que representa a categoria dos cirurgiões-dentistas, e pontua que esta é contrária à gestão das OSs.

– Discorre a respeito das dificuldades de atendimento e a defasagem no quadro de servidores na área odontológica.

– Anuncia que Brasília, hoje, é a pior Unidade da Federação em assistência de saúde bucal.

– Faz um apelo aos deputados distritais para que derrubem o veto ao PL nº 252, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DONATO ÁLVARO, público

– Reclama da falta de equipamentos e de médicos em hospitais do Distrito Federal.

– Questiona a Secretária Adjunta de Saúde quanto à existência de capital para investimento nas organizações sociais frente à inexistência dele para emprego em melhorias no SUS e nos hospitais.

– Deseja êxito à CPI da Saúde.

ELDO RAPOSO, público

– Alerta que a solução para o problema da saúde está nos servidores das unidades, que, muitas vezes, precisam se cotizar para comprar os produtos básicos necessários ao seu trabalho ou para ajudar os usuários de baixa renda que não têm dinheiro nem para retornar às suas residências.

– Rebate a declaração da Secretária Adjunta de que a perda de faturamento seja responsabilidade dos servidores, uma vez que têm de fazer o controle dos atendimentos manualmente, devido ao mau funcionamento do sistema.

– Destaca o art. 196 da Constituição Federal, que determina que "a saúde é um direito de todos e dever do Estado", e conclui que a saúde não pode ser usada para atender a interesses escusos, nem para enriquecer alguns.

FERNANDO CHI, representante dos aprovados no cargo de técnico administrativo

– Declara que faz parte da comissão dos aprovados para o cargo de técnico administrativo.

– Enfatiza que um dos fatores que contribui para a má gestão da saúde pública é o *deficit* de servidores.

– Solicita ao Secretário de Planejamento que convoque os aprovados no concurso realizado para o provimento das vagas.

RODRIGO CONDE, Diretor do Sindsaúde/DF

– Adverte a respeito da prática histórica de sabotagem na Secretaria de Saúde para atrapalhar o seu funcionamento e beneficiar grupos que focalizam o lucro com os recursos financeiros públicos.

– Critica o Governador pelo seu empenho em favor das organizações sociais, e lembra a sua promessa de campanha de valorização dos servidores públicos da saúde.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Bispo Renato Andrade):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Ata considerada lida e aprovada na 41ª Sessão Ordinária, de 12/5/2016.
(Obs.: a íntegra do expediente lido nesta sessão consta da publicação desta ata no *Diário da Câmara Legislativa*)